



Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba
Programa de Pós-Graduação em Educação

ANAI DE COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO



ISSN: 2674 - 8630

Comunicação oral: Eixo 6 – Educação de Jovens e Adultos e Educação Social

ATRIBUTOS AOS DIFERENTES TIPOS DE EDUCAÇÃO: FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL

Rute de Carvalho Angelini – GEPLAGE/UFSCar*

Resumo: Esse trabalho é parte da Dissertação do Mestrado realizado no ano 2015, pela Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL – Campus de Americana -SP. Em primeiro momento procurei trazer conceitos de educação com argumentos que alguns autores os definiram. É importante compreender os sujeitos que estão implicados na educação e que em suas práticas educativas estão embutidos os conceitos de educação. Compreender o atendimento do desenvolvimento das capacidades humanas do mundo moderno ao mundo pós-moderno, nos conceitos de educação formal, não formal, informal e educação sociocomunitária como parte da formação humana. E finalizando, resalto um olhar sobre a educação e cultura exemplificando a pesquisa realizada como participante no espaço numa metodologia de observação e envolvimento nas ações. Torna-se importante a interligação da teoria e da prática para compreensão do trabalho de pesquisa e seu desvelamento.

Palavras-chave: Conceitos de Educação. Educação Formal. Não Formal. Educação Informal. Educação Sociocomunitario.

Introdução

Para o termo Educação não existe um conceito definido, no entanto, precisamos identificar sobre qual educação nos referimos. Os diferentes conceitos nos mostram que a educação, de forma geral, trilha por diversos caminhos e contextos. “A educação não é a simples transmissão da herança dos antepassados para as novas gerações, mas o processo pelo qual também se torna possível a gestação do novo e a ruptura com o velho”. (ARANHA, 2010, p. 31)

Educação e seus conceitos

Não se pode pensar a educação somente como transmissora do conhecimento à criança e ao jovem, mas em uma linguagem de aprendizagem que acontece desde a formação inicial do ser humano e que o acompanha ao longo da vida. Assim, é fundamental também conceituá-la como propiciadora à formação e à integração do sujeito na sociedade, como um

*Mestra em Educação Sociocomunitária pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Campus Americana. Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas –PUCAMP. Pós-Graduada em Educação Social e em Psicopedagogia. Membro do Grupo GEPESEJA linha de Pesquisa do Grupo GEPLAGE/UFSCAR/Sorocaba. Professora aposentada da Fundação Municipal Para Educação Comunitária de Campinas – SP.



direito natural. “O conhecimento do conhecimento, que comporta a integração do conhecedor em seu conhecimento, deve ser, para a educação, um princípio e uma necessidade permanentes”. (MORIN, 2002, p. 31). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – em seu artigo 1º institui:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Assim, entende-se que a educação não é privilégio somente de crianças e jovens, como era o pensamento de outrora. A educação deve estar disponível a todas as pessoas, sem distinção de idade ou condição social. E isso está diretamente relacionado à educação do adulto idoso, objeto deste estudo. Lima (2003) conceitua que:

A educação é concebida como estando relacionada ao atendimento do desenvolvimento das capacidades humanas do mundo moderno para o mundo pós-moderno como relacionada ao processo ensino-aprendizagem e, entendida também como mecanismo de socialização, envolvendo desde a construção e transmissão do conhecimento até a incorporação de valores morais, éticos, políticos, etc., e como agente formadora do homem e de suas relações para o convívio social. (LIMA, 2003, p. 143).

No atendimento do desenvolvimento das capacidades humanas do mundo moderno ao mundo pós-moderno, podemos visualizar então a educação, nos conceitos de educação formal, não formal e informal, como partes formadoras do homem e, assim, afirmar que ela se integra se socializa e se compartilha por meio de uma linguagem encarnada de sentidos.

Quando abordamos a educação na formação do homem, ela não é simples e complexa, pois cada pessoa é única, e tem suas especificidades físicas, biológicas, sociais e culturais que diferenciam uma das outras, no desenvolvimento da aprendizagem. Portanto, tantos são os problemas relacionados ao processo educativo, que envolvem a elaboração dos currículos, as atividades pedagógicas, a formação de professores ou a elaboração das políticas públicas, que estes estão presentes nos debates, seminários, simpósios, congressos, nas publicações acadêmicas, como também nos discursos políticos de candidatos, sempre como pontos passíveis de questionamentos.

Como todo debate, o debate sobre a educação pode ser entendido como um grande laboratório, um campo de desenvolvimento de interpretações e perspectivas sobre o homem, sobre o que seria acontecer com ele em seus diferentes ciclos de vida, infância, adolescência e diferentes fases da vida adulta. Muitos já incluíram no debate da educação, a morte e o depois da morte. (CUNHA, 2003, p. 7).

Autores independentes, como Silva (1986), Freire (2004), Alves e Brandão (2010) e outros, têm sua visão sobre a educação, cada um com seu ponto de vista, mas todos voltados para



um conceito de propósito positivo, pensando na melhoria dos sujeitos inseridos no contexto de nossa sociedade atual. Assim, Silva (1986) cita algumas teses:

A educação é um fenômeno complexo e pluridimensional. É parte integrante do conjunto de relações dos homens entre si, mediatizados pelo mundo (Freire). É uma atividade humana inserida na totalidade de uma organização social (Cury). Visa ao homem destina-se à promoção do homem (Saviani). Tem como espaço próprio o espaço de apropriação desapropriação reapropriação do saber (Saviani). Sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade (Freitag). (SILVA, 1986, p.19-20).

Ao dar ênfase ao tema educação vamos sempre encontrar teses que nos ajudam a entendê-la em sua complexidade, na concepção de homem e da sociedade em que estão inseridos, considerando tempo e espaço. Freire (2004, p.125), a seu modo, vê na educação algo que está nas práticas pedagógicas. “Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”. Como mais clareza explica alguns conflitos:

O poder da ideologia me faz pensar nessas manhãs orvalhada de nevoeiro em que mal vemos o perfil dos ciprestes como sombras que parecem muito mais manchas das sombras mesmas. Sabemos que há algo metido na penumbra, mas não o divisamos bem. A própria ‘miopia’ que nos acomete dificulta a percepção mais clara, mais nítida da sombra. Mais séria ainda é a possibilidade que temos de docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos é o que na verdade é, e não é a verdade distorcida. [...] A capacidade de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detém o poder. (FREIRE, 2004, p.126).

Em contraposição ao poder da ideologia o autor argumenta sobre o:

Mal-estar que terminará por consolidar-se numa rebeldia nova em que a palavra crítica, o discurso humanista, o compromisso solidário, a denúncia veemente da negação do homem e da mulher e o anúncio de um mundo ‘genteficado’ serão armas de incalculável alcance. [...] Agora, necessária e urgente se fazem a união e a rebelião das gentes contra a ameaça que nos atinge, a da negação de nós mesmo como seres humanos submetidos à ‘fereza’ da ética do mercado. (FREIRE, 2004, p.128).

Nessa crítica, o autor reitera que é necessário se rebelar contra essa negação dos seres humanos, que se encontram sob o poder ideológico da maldade neoliberal, para atender a economia do mercado. Por sua vez, Alves (2010, p.115) discorre com Brandão sobre um aforismo de T.S.Eliot quando afirma: “Num país de fugitivos, aqueles que andam na direção contrária parecem estar fugindo” e complementa:

Na verdade, acho que estamos andando na direção contrária há muito tempo, por isso não podemos ser sérios. Preparar para o mercado de trabalho é algo horrível! Acho uma aberração a ideia de educar para alguma coisa. [...] Vamos pensar no caso da escola. A experiência escolar é o prazer vivido a cada dia



naquele ambiente de educação, que vai alimentar, me expandir, me fazer pensar mais. É a vivência em si mesma que justifica a experiência da educação e não o acúmulo de competência que a gente vai usar no mercado. (ALVES; BRANDÃO, 2010, p.115).

Quando Alves (2010) menciona que estamos indo na direção contrária, numa educação que se presta a preparar para o mercado de trabalho, é como ensinar de fora pra dentro aquilo que nos é imposto, não sendo significativo. A escola deve ser um lugar onde o aprender seja algo que nos complete como seres humanos, para que não percamos o brilho nos olhos de aguçar a curiosidade e nem percamos o sentir prazer na busca do conhecimento. Brandão (2010) completa que:

[...] aprender vale como alguma coisa que se assimila, mas talvez se perca, deixando lugar para outras coisas, outros saberes, sentidos, significados, sensações, sentimentos, sociabilidades. Algo que vale para que vivamos, a cada momento de nossa vida, a plenitude dessa experiência, e não para que acumulemos seus produtos. (ALVES; BRANDÃO, 2010, p.117).

Portanto, o ambiente escolar deve ser o espaço primordial de aprender a pensar, de refletir, de questionar as coisas que se aprende, bem como o que se ensina deve ser significativo na vida do aprendiz. O aprender e o ensinar precisam proporcionar uma educação com sentido, que mostre um caminho no qual a busca pelo conhecimento nos leve a ter uma vida com mais significado, não como algo que vem para dominar nossas mentes e tirar o prazer de aprender. O processo de aprender e ensinar deve promover a valorização do humano, enfatizando a relevância de aprender a pensar, a refletir, ter consciência do que se aprende e para serve esse aprendizado.

Educação: formal, não formal e informal

Em tempos atuais observamos que ocorreu uma expansão de instituições escolares e o surgimento de novas faculdades, a maioria privada, para atender as demandas das profissões globalizadas e as pesquisas acadêmicas. A educação passou a ter certas especificações, diferentes do instituído tradicionalmente. Gohn (2005) esclarece que:

A educação ganha importância na era da globalização porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informação. Entretanto, a diferença entre hoje e ontem não é apenas quanto ao aumento da demanda, mas quanto à qualidade e ao tipo de educação a ser oferecida. (GOHN, 2005, p. 12).

Com base nessas novas especificações, Brandão afirma:

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o único praticante. (BRANDÃO, 1982, p.9).



Porém, três conceitos reforçam o entendimento de educação: A Educação Formal, a Educação Não Formal e a Educação Informal. Tais conceitos são discutidos por autores e pesquisadores, uma vez que estes são considerados de relevância para os propósitos da educação em geral.

Educação formal

Como formal pode se entender a educação institucionalizada, oferecida dentro dos limites de instituições escolares, com currículos de disciplinas, constituição de quantidades de dias letivos por ano e com prazo de iniciação e finalização. A educação formal foi sendo constituída pelas sociedades, como uma necessidade para formação do homem civilizado; sociedade que exigia a aprendizagem da leitura e escrita, como primordial para o desenvolvimento dos meios urbanísticos. No início eram selecionados aqueles que comporiam essa educação, contudo, atualmente e principalmente no Brasil houve a instituição legal da obrigatoriedade de todas as crianças estarem matriculadas a partir dos 6 anos de idade nas instituições de Ensino Fundamental (EF). São algumas das leis, segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC):

A Lei 9.394/1996 sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade, o que, por sua vez, tornou-se meta da educação nacional pela Lei 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Finalmente, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei 11.274 instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade. (CAMPINAS, 2012, p. 67).

Hoje temos também a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino estabelecida em lei, cuja intenção primeira foi atender os jovens e adultos que não completaram sua escolaridade no tempo escolar adequado. Mas, a modernidade e os direitos sociais, despertaram o desejo de aprender, nas pessoas da chamada Terceira Idade, fase da vida em que as pessoas têm idade igual ou superior a 60 anos, ou seja, pessoas idosas. Angelini e Dias (2010) explicam como isso foi compreendido, após a criação da Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC) em Campinas:

A criação da FUMEC teve um elevado ganho educativo, quando institucionalizou a partir da promulgação da nova Constituição Federal de 1988, estendendo o direito à educação aos que ainda não haviam concluído o ensino fundamental. Assim, desde o jovem e adulto até o idoso ficaram incluídos nessa nova perspectiva de educação. (ANGELINI; DIAS, 2010, p.131).

Essa modalidade de ensino na FUMEC advém das mudanças ocorridas em nossa sociedade brasileira quanto ao atendimento de ensino para os jovens e adultos; antes responsabilidade do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e que passou por mudanças para Fundação Educar. A Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC) foi instituída



no Município de Campinas e sobre ela incidiram transformações mais específicas com formalidades, mudanças de currículos, dias letivos e com a formação em magistério pelos professores; antes as pessoas ministravam aulas na Fundação Educar mesmo sem ter qualquer formação, ou seja, bastava um grau a mais do ensino de primeira à quarta série.

Ao se institucionalizar tornou-se um ensino formal, com melhor estrutura de ensino àqueles considerados excluídos do processo de escolaridade, muito embora, ainda hoje existam dificuldades na formalidade do ensino na FUMEC, principalmente quanto ao cumprimento de frequência. Com essa modalidade de ensino temos em Campinas um avanço na educação de jovens e adultos. Ressaltamos que quando as pessoas buscam estudos nas salas de EJA, estão à procura de um novo rumo para as suas vidas e, em se tratando dos idosos, essa busca pelo aprender, pela convivência com o outro, para sentir-se útil é que percebemos como anseio nas conversas em sala de aula.

Por meio de uma linguagem simples e integradora entre educador e educando, do falar, escutar e ser ouvido se estabelece um diálogo capaz de oferecer sentido ao estar ali e servir de motivação para desenvolver a sensibilidade em aprender, cujo significado do aprender lhe ofereça um brilho especial no modo de encarar a vida, uma esperança a mais, um olhar poético, todos visando ressignificar sua existência. Anteriormente, esse idoso que hoje frequenta o EJA, já recebeu do seu meio alguns tipos de educação, seja no convívio com a família, com os amigos ou, até mesmo, no mercado de trabalho.

Portanto, a educação que recebemos nem sempre acontece somente nos espaços escolarizados com regras formativas, pois, existem outros tipos de educação presentes em nossa sociedade como a educação não formal e a educação informal.

Educação não formal

A educação não formal pode ter surgido muito antes da escolarizada, pelos acontecimentos e situações de ensino aprendizagem que se têm registradas das famílias e das sociedades mais antigas. Na concepção de Groppo (2013), sobre a educação não formal, trata-se de um novo campo educacional.

Se considerarmos esses modelos educacionais como tipos históricos, poder-se-ia argumentar que a educação não formal é um novo campo educacional, surgido de processos recentes que tornou possível ou necessária à fecundação de uma modalidade educacional não deixada ao acaso das relações cotidianas (como a educação informal), mas planejada com uma flexibilidade bem maior que a da educação escolar. (GROPPO, 2013, p. 38).

Conforme o referido autor, a educação formal tem características próprias, porém, se entrelaça aos outros tipos de educação, uma vez que não individualiza o ser humano, mas sim o integra para humanizá-lo em suas convivências sociais. Como educação não formal há



definições de que esta acontece nos espaços tanto escolares, sem as exigências da formal, quanto em espaços sociais, como igrejas, salões e outros, com uma organização mais ligada às vivências da comunidade. Para Gohn (2009) a educação não formal:

Não deve ser vista, em hipótese alguma como algum tipo de proposta contra ou alternativa à educação formal, escolar. Ela não deve ser definida pelo que não é, mas sim pelo o que ela é – um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivos. (GOHN, 2009, p. 32).

De acordo com Gohn, a proposta da educação não formal tem sua especificidade, não alternando com outro tipo de educação. Essa educação não é a que vem para substituir, mas aquela que pode se integrar aos outros tipos de educação. Já na visão de Aranha (2010):

Na educação não formal os modelos de aprendizagem não se confundem com a educação formal, que é oficial e deve cumprir exigências legais, mas dela se aproximam pela intenção explícita de educar, muitas vezes usando recursos metodológicos para sua realização. (ARANHA, 2010, p. 94).

Esse modo de ver a educação não formal, sem a formalização dos currículos elaborados e com as metas a serem cumpridas, permite que haja planejamento e organização específicos nos espaços e tempos em que esta acontece. “Desta forma, os saberes não estão sempre nos mesmos lugares, assim como a instituição que os ‘guarda’ nem sempre é a mesma, tampouco possui sempre o mesmo prestígio social”. (GARCIA, 2005, p. 23). Para tanto, são imprescindíveis metodologias adequadas para o alcance de seus objetivos, objetivando atender aos interesses e necessidades dos sujeitos de uma determinada comunidade ou de grupos sociais. Neste tipo de educação há uma flexibilidade das ações presentes. Caro e Guzzo (2004) apontam a educação não formal como importante para a formação das identidades dos sujeitos e conceituam:

A educação não-formal reconhece a pessoa como um ser que pensa, age, sente e traz consigo uma cultura que precisa ser respeitada para poder crescer e se desenvolver, pois a cultura faz parte da identidade do ser humano, e os valores são imprescindíveis em sua formação. (CARO; GUZZO, 2004, p. 37).

De todos os conceitos apresentados percebemos que os autores creditam à educação não formal a complementação para a formação do ser humano, em especial àqueles que, por razões diversas, não conseguiram seguir no ritmo convencional da aprendizagem formalizada. Igualmente observamos que muitas pessoas escolarizadas participam, em um momento ou outro, de atividades que sinalizam a educação não formal.

Educação Informal



A educação informal é entendida como aquela que acontece no decorrer de nossa existência, no tempo e espaço dos ambientes presentes, como na família, na religião, na mídia ou na comunidade enquanto espaço de convivência social.

O conceito de educação ao longo da vida é a chave que abre as portas do século XXI; ele elimina a distinção tradicional entre educação formal inicial e educação permanente. (...) Ela deve abrir as possibilidades da educação a todos, com vários objetivos: oferecer uma segunda ou terceira oportunidade; dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo; ou, ainda, aprimorar e ampliar as formações estritamente associadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas. Em suma, a educação ao longo da vida, deve tirar proveito de todas as oportunidades oferecidas pela sociedade. (DELORS, 2010, p. 32).

Quando se compreende a educação como possibilidade de formação e desenvolvimento do ser humano, as formações educacionais práticas oferecidas nos espaços em que o povo está, poderão ser elementos essenciais na continuidade da vida.

Gropo (2013) cita a opinião de Park e Fernandes sobre a educação informal.

Educação informal é toda gama de aprendizagens que realizamos (tanto no papel de ensinantes como de aprendizes) que acontece sem que nos demos conta. Acontece ao longo da vida, constitui um processo permanente e contínuo e não previamente organizado. (...) Como conceito de informal a educação pode ser e ter: Percepção gestual, moral, de comportamentos provenientes de meios familiares, de amizade, de trabalho, de socialização, midiática, nos espaços públicos em que repertórios são expressos e captados de formas assistemáticas. (PARK; FERNANDES, 2007 apud GROPO, 2013, p. 37-38).

Nessa separação por conceito – mesmo que muitos autores discordem da nomenclatura – a educação oferecida nos espaços disponíveis de sociabilidade, formal, não formal ou informal, beneficia quem dela se apropriar, porque se abre um campo novo de visão para o mundo. A educação deve estar sempre voltada para os interesses comunitários, em espaço formalizado ou não, atendendo o ser humano na sua essência, seja no trabalho necessário à sobrevivência, seja na sociabilidade como parâmetro de uma vida mais entrelaçada; uma linguagem comum a todos, mas, com sentido e significância na singularidade e na coletividade dos sujeitos.

Educação sociocomunitária

Abordar a educação sociocomunitária torna-se relevante neste espaço, pois é a nomenclatura do Programa de Mestrado em Educação do UNISAL Americana, que tem como uma de suas finalidades: desenvolver estudos e pesquisa na área “Ciência da Educação”, tendo por núcleo de investigação a Educação Sociocomunitária. Um dos objetivos específicos do Programa é investigar como se articulam e como se comunicam ações e organizações comunitárias e sociais, bem como debate diferentes modos de interpretação e intervenção educativas. Assim



se estabelecem as possibilidades de mediação entre as pessoas, grupos, comunidades e sociedades, por meio das diferentes manifestações da linguagem.

Pensar a educação voltada aos interesses comunitários não é uma invenção dos nossos tempos, embora, ao situar essa maneira de educar em outras épocas, se encontra diferentes modos de composição se comparado ao modelo instalado no sistema institucionalizado. A ideia de educação comunitária se insere num vasto campo de compreensão agregada à palavra comunidade. (GARRIDO, 2013, p. 65).

O método do Programa UNISAL é caracterizado pela formação do aluno pesquisador: intérprete e interlocutor, que deve voltar-se para as questões sociocomunitárias articuladas com o pensamento educacional sistematizado, incluindo as comunidades de educação formal e não formal, como elementos dinâmicos da macrossociedade. A interlocução esclarecedora mantém o outro como sujeito e não como objeto do conhecimento da Educação. E, sinalizando o Programa de Mestrado UNISAL, o professor Severino Antonio fortalece com sua opinião, que:

A ideia de intérprete e interlocutor: o pesquisador, o educador sócio-comunitário, assim como o educador em geral, precisam saber interpretar as vozes dos sujeitos com quem convivem, precisam ser interlocutores. Isso quer dizer duas coisas fundamentais. Primeiro você escuta, só trata o outro como sujeito, se tiver escuta da alma dele. Não é só falar de coisas agradáveis e de consenso, mas também de conflitos, de dores e de questões não resolvidas. Se você não tem escuta, não há relação educativa. (...). O sujeito tem voz, tem história, tem o que dizer. (ANTONIO, 2007, p. 53).

Na Educação Sociocomunitária o pesquisador deve voltar-se para as questões sociais, por meio das ações educativas de impacto social, que envolvem a relação escola-comunidade. Assim, poderá devolver à sociedade, em forma de benefícios, o aprendizado acadêmico, porque as pesquisas guardadas na biblioteca de uma Universidade não produzem o efeito resultante dos objetos dos pesquisadores. Groppo (2006) explica que:

Assim, a educação sócio-comunitária também é utópica, ou melhor, é em parte uma possibilidade. Trata-se da possibilidade de construção de novas experiências e ações educacionais fundadas nos princípios societário e comunitário, atentas à necessidade de produção de sociabilidades comunitárias tanto quanto de liberdades individuais capazes de viver à margem ou resistir às lógicas sistêmicas. (GROPPO, 2006, p. 147).

Nessa tese compreendemos que a educação sociocomunitária auxilia o pesquisador a identificá-la em seu campo de pesquisa, junto aos grupos ou comunidades pesquisadas, bem como nos faz perceber que há pontos de vista que se juntam e outros que se afastam dos demais conceitos de educação. Não se pode conceituar em definitivo a educação visto que, na concepção de Aranha (2012, p.19): “Somos seres históricos, já que nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da experiência coletiva”. E, segundo Morais (2005, p.23): “As

evoluções de significado dos conceitos têm diretamente a ver com fases vividas e ultrapassadas pela sociocultura, bem como com características do momento atual”.

As nomenclaturas e definições sobre educação contribuem para clarear os objetivos específicos a que cada uma delas se propõe na formação do sujeito em suas relações humanas. Conceitos são elementos essenciais na compreensão do que se quer descobrir, desvendar, realçar e valorizar nas ações dos sujeitos da pesquisa, ou seja, o que eles elaboram em sua vida social em comunidade, por meio da linguagem. Como temos o dom da linguagem é com ela que nos constituímos como seres construtores de saberes, de conhecimentos científicos ou populares. Constituímo-nos como seres de palavras; a palavra é nossa e nós somos da palavra.

Um olhar na educação e na cultura

Quando pesquisamos ou abordamos o tema educação, percebemos uma ligação muito forte entre a educação e a cultura; são como fios de tecidos que se entrelaçam.

Atualmente, encontramos em nossa sociedade brasileira movimentos de grupos sociais que se empenham em participar ativamente de atividades culturais nos centros urbanos das cidades. Um exemplo disso é o espaço oportuno que os idosos encontram no SESC e no CISGuanabara. Durante todo o processo histórico da humanidade sempre houve a educação. Mesmo nas mais remotas sociedades, a educação acontecia pelos costumes de tarefas diárias, dos ensinamentos e das tradições familiares que eram passados dos mais velhos aos mais jovens e as crianças. A vida era mais simplificada e cada povo promovia a educação seguindo suas culturas através de rituais sociais ou, até mesmo, da escrita e da leitura condicionáveis da época, em algumas comunidades mais adiantadas.

Nas comunidades tribais as crianças aprendem imitando os gestos dos adultos nas atividades diárias e nos rituais. Tanto nas tribos nômades como naquelas que já se sedimentaram, para se ocupar com a caça, a pesca, o pastoreio ou a agricultura, as crianças aprendem ‘para a vida e por meio da vida’, sem que ninguém esteja especialmente destinado para a tarefa de ensinar. (ARANHA, 2012, p. 35).

Pesquisar em educação, às vezes, nos remete ao envolvimento na história das sociedades passadas, pois é delas que nos vêm o conhecimento histórico da humanidade e como se deu educação dos povos. Pelos dados históricos apontados pela referida autora, já aconteciam conflitos na educação. A observação se volta para as questões sociais que se traduzem ao modo de vida da sociedade, cada uma com suas especificidades culturais, políticas, religiosas, étnicas, sociais, econômicas, entre outras. A educação influencia nos resultados destes fatores. Morin (2004) discorre sobre a cultura, mas, separada em dois blocos: a cultura das humanidades e a cultura científica.



A cultura humanística é uma cultura genérica, que, pela *via* da filosofia, do ensaio, do romance, alimenta a inteligência geral, enfrenta as grandes interrogações humanas, estimula a reflexão sobre o saber e favorece a integração pessoal dos conhecimentos. A cultura científica, bem diferente por natureza, separa as áreas do conhecimento; acarreta admiráveis descobertas, teorias geniais, mas não uma reflexão sobre o destino humano e sobre o futuro da própria ciência. (MORIN, 2004, p. 17).

Essas duas culturas conceituadas por Morin são importantes para a vida do homem, pois elas serviram para a sobrevivência do ser humano, como alimento da alma e do corpo; razão e emoção que nos leva a sonhos possíveis. Com as inovações nas últimas décadas, e como consequências dos movimentos sociais e de lutas de classes, a cultura e a educação deixaram de ser privilégio das classes sociais mais abastadas, embora, ainda sejam restritas, mas, nos dias atuais, com mais amplitude de condições e de oferta. Gohn (2005) nos dá uma noção de cultura-educação:

Sabemos que o termo cultura possui muitas acepções, foi interpretado de várias formas na história e tem posições diferenciadas nos vários paradigmas explicativos da realidade social. No senso comum, o termo é associado a estudo-educação-escolaridade, ou ao mundo das artes, aos meios de comunicação de massa; ao mundo do folclore, lendas, crenças e tradições passadas ou, ainda, a períodos ou etapas da civilização humana. (GOHN, 2005, p.22).

Organizamos nossas vidas através da linguagem, emanada pela educação social e cultural que recebemos. O modo de nos comportarmos socialmente, principalmente por meio da linguagem que integramos com os outros, nos conduz a sermos parte de uma determinada sociedade, na qual os modelos de educação são influências da cultura que recebemos desde que nascemos e receberemos até a nossa velhice. Contudo, muitos paradigmas se modificam em tempo e espaço. Numa determinada sociedade antiga, o costume era de não respeitar os mais velhos tornando-os inúteis, já ao longo dos anos, em tempos atuais, isto foi se modificando, com os mais jovens respeitando-os um pouco mais e acolhendo-os. Para tanto, foram necessárias as criações de leis que garantissem os direitos adquiridos, e assim os idosos pudessem participar ativamente na sociedade, com envolvimento que propicie um envelhecimento saudável.

Considerações finais

Concluimos que a pesquisa acadêmica nos permite o entendimento e o reconhecimento dos diferentes conceitos de educação nas concepções de distintos autores e confrontá-las nas nossas práticas pedagógicas, sociais e culturais, presentes nas comunidades. Se a educação acontece a todo o momento na vida das pessoas, pode-se perceber que a interação nos relacionamentos sociais é capaz de acomodar ou modificar conceitos preestabelecidos pelas histórias de vida e provocar algumas mudanças satisfatórias. Principalmente, em grupo de



idosos que, ao mesmo tempo em que querem preservar e transmitir seus conhecimentos, também, precisam se adentrar nas mudanças do mundo globalizado, numa significativa união de gerações, como uma cultura popular, validada pelas experiências das capacidades humanas.

Respeitar as vozes e opiniões dessas pessoas faz parte de uma educação a qual se propõem a liberdade e autonomia dos sujeitos implicados numa educação que emancipa, e não que segrega, pois somos todos iguais como seres humanos, mas do mesmo modo individuais, com sonhos e planos subjetivos de cada um. O ser humano não pode ser mensurado pelas suas emoções, mas, pode ser avaliado pelo carinho, conforto, amorosidade nos seus relacionamentos sociais e fraternais. Qualificar é atribuir qualidade, é apreciar, considerar, enobrecer, assim, esta pesquisa, de abordagem qualitativa, teve seu foco voltado para o entendimento humano de compreensão entre pessoas que se reconhecem no contato com o outro.

Antônio (2009, p.106) ao reconsiderar a subjetividade, em sua escrita sobre o conhecimento e suas complexas relações com o aprender e o ensinar, traz uma sentença que, por ora, sinaliza o que aqui foi colocado: “Muitos de nós se reconhecem nessa nova escuta que nasce ao desejar ir além do primado da abstração e da análise”. Portanto a pesquisa é um elemento essencial para que o professor tenha uma compreensão sobre a diversidade dos sujeitos inseridos no processo de apreender a se conheçam como sujeito do conhecimento, nessa lógica de pensamento o diálogo se torna de preciosidade inigualável quando se vai além do previsto.

Referencias

ALVES, R.; BRANDÃO, C. R. *Encantar o mundo pela palavra*. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2010. pp. 115-117.

ANGELINI, R. de C.; DIAS, I. de C. G. *Educação de Jovens e Adultos: a inclusão dos excluídos*. In: GARRIDO, Noêmia de Carvalho; SILVA, Odair M. da; MATOS, Izalto J. C.; SANTIAGO, Gabriel L. (Orgs.) *Desafios e Perspectivas da Educação Social: um mosaico em construção*. São Paulo, SP: Expressão e Arte, 2010. pp.120-133.

ANTÔNIO, S. *Linguagem e Educação Sócio-Comunitária*. Revista de Ciências da Educação. Americana SP: Centro UNISAL. Ano IX – nº 17 / 2º semestre/2007, pp. 49-56.

ANTÔNIO, S. *Uma nova escuta poética da educação e do conhecimento: diálogos com Prigogine, Morin e outras vozes*. São Paulo, SP: Paulus, 2009. (Pedagogia e educação).

ARANHA, M. L. de A. *Filosofia da educação*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.

ARANHA, M. L. de A. *História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2012.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação?* São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988. *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional – Casa Civil, 1996.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos iniciais: Um processo Contínuo de Reflexão e Ação*. Campinas, SP: Secretaria Municipal de Educação – Departamento Pedagógico. (Org.) Heliton Leite de Godoy, 2012.

CARO, S. M. P.; GUZZO, R. S. L. *Educação social e psicologia*. Campinas, SP: Alínea, 2004.

CUNHA, J. A. *Educação em debate*. In: MORAIS, Regis de. *Educação Contemporânea: olhares e cenários*. Campinas, SP: Alínea, 2003. (Coleção Educação em Debate).

DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 30ª ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

GARCIA, V. A. *Um sobrevôo: o conceito de educação não-formal*. In: PARK, Margarete Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. (Orgs.) *Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005. pp. 19-43.

GARRIDO, N. de C. *A Educação de Jovens e Adultos em Campinas: uma Análise sobre a FUMEC*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

GOHN, M. G. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 3ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época).

GOHN, M. G. *Educação não formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social*. In: *Meta: Avaliação*. Rio de Janeiro, RJ: v. 1, n. 1, p. 28-43, jan/abr 2009.

GROPPO, L. A. *O princípio Sócio Comunitário e a Integração Sistêmica na Educação: algumas considerações*. *Revista de Ciências da Educação. Americana*, SP: UNISAL, Ano 08 - nº 14 A– 1º semestre 2006. pp. 131-149.

GROPPO, L. A. *Sociologia da Educação Sociocomunitária: ensaios sobre o campo das práticas socioeducativas e a educação não formal*. Holambra, SP: Editora Setembro, 2013.

LIMA, P. G. *Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional*. Artur Nogueira, SP: Amil, 2003

MORAIS, R. de. *Uma visão de educação sociocomunitária*. *Revista Educação & Cidadania*. Campinas SP: Átomo, ano 4, nº 1, v. 4, 2005, pp. 21-33.

MORIN, E. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva; Jeanne Sawaya. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução Eloá Jacobina. 9ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.

SILVA, S. A. I. *Valores em Educação: o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa*. Petrópolis-RJ, Vozes, 1986.



Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.

2022

III COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ONLINE

Planejamento educacional em debate: políticas públicas e desafios



24 a 27 de maio de 2022

Presenças confirmadas:

- Profa. Dra. Euzângela Alves da Silva Scaff - UFRR
- Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD;
- Profa. Dra. Selma de Carvalho Fonseca - UNASP
- Palestrantes internacionais a confirmar



MINHA AGENDA:

2022 VOU PARTICIPAR DOS COLÓQUIOS UFSCAR SOROCABA ONLINE

Informações: geplageufscar@gmail.com

Comissão Organizadora III Colóquios

<https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao>